

O PROGRAMA FOME ZERO E O RONCO DA CUÍCA¹

Ariovaldo Umbelino de Oliveira²

Ana Nascimento/Agência Brasil



José Graziano, Benedita da Silva e Olívio Dutra em Guaribas (PI), na época da implantação do Fome Zero

Ação central do governo federal empossado em 2003, o Fome Zero buscava implementar uma política de segurança alimentar para a sociedade brasileira e foi alvo de fortes críticas de setores conservadores. “Tem como ambição principal acabar com a fome e, sobretudo, com suas causas estruturais”, anota o autor deste artigo. “Parece acertado o conjunto de ações que fortalecem a agricultura camponesa, no entanto a reforma agrária é vista como uma política de cunho exclusivamente compensatório, o que é um equívoco e poderá acelerar o ‘ronco da cuíca’ dos movimentos sociais”, adverte

“A alimentação de qualidade é um direito inalienável de todo cidadão, sendo dever do Estado criar as condições para que a população brasileira possa efetivamente usufruir dele. O público a ser contemplado nesta proposta é grande: 9,3 milhões de famílias (ou 44 milhões de pessoas) muito pobres, que ganham menos de um dólar por dia ou cerca de R\$ 80,00 por mês. Essa pobreza não é ocasional: é o resultado de um modelo perverso, assentado em salários miseráveis e que tem produzido crescente concentração de renda.

[...] Existe fome não porque faltam alimentos. Mas porque falta dinheiro no bolso do trabalhador para poder comprá-los.

[...] Garantir a segurança alimentar é promover uma verdadeira revolução, que envolve, além dos aspectos econômicos e sociais, também mudanças profundas na estrutura de dominação política. Em muitas regiões do Brasil, as condições de pobreza são mantidas porque inclusive facilitam a perpetuação no poder de elites conservadoras que há séculos mandam neste país.”
(Luiz Inácio Lula da Silva, “Projeto Fome Zero – Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil”, Instituto da Cidadania – São Paulo, outubro de 2001, p. 5.)

O lançamento do Programa Fome Zero, carro-chefe do governo petista, tem provocado nos diferentes setores da sociedade brasileira comentários antagônicos. Uns elogiam porque, finalmente, o Estado assume o compromisso público de erradicar este flagelo que envergonha a todos que lutam por uma sociedade mais justa. Outros criticam porque não atende ou não reconhece interesses diversos. Assim, tem-se tornado a coqueluche da mídia e o centro das críticas dos setores conservadores da elite nacional. Abordá-lo criticamente neste momento, e refletir sobre as críticas que recebe, é também necessidade imperiosa da vida universitária.

O Programa Fome Zero constitui-

-se no programa central do governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva e busca implementar uma política de segurança alimentar para a sociedade brasileira. Tem como ambição principal acabar com a fome e, sobretudo, suas causas estruturais que estão na raiz da exclusão social. Na proposta do programa a fome é assumida como consequência e causa da pobreza. “Combater a fome, portanto, é também combater a miséria e a espiral descendente na qual ela enreda toda a sociedade, com impacto direto nas esferas da saúde, da segurança, da escolaridade, da produtividade, da infância e da juventude. Portanto, para romper com este círculo vicioso, é fundamental começar a partir da garantia de um

direito básico, que é o direito à vida — a alimentação”.

Para implantar esta política nacional de segurança alimentar e nutricional foi criado o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), que atuará em três eixos básicos: “o emergencial, que inclui ações redistributivas imediatas destinadas a segmentos e regiões mergulhados em fome aguda; o mutirão cívico, voltado para fomentar restabelecimento dos laços sociais e a mobilização solidária da sociedade civil; e o estrutural e local, a ser implementado em conjunto com diversos ministérios, governos estaduais, municipais e que abarca desde a reforma agrária, apoio à agricultura familiar, construção

de cisternas e açudes, combate ao analfabetismo, reforma de moradias, bancos de alimentos e restaurantes populares, entre outras políticas”.

O MESA conta para implementar o programa com o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Segurança Nutricional (Consea). O primeiro deverá prover o programa com recursos e o segundo formulará políticas e definirá diretrizes. O Programa Fome Zero contém propostas de políticas estruturais, específicas e locais de combate à fome. São elas:

“1. As políticas estruturais de combate à fome são políticas abrangentes que objetivam atingir a raiz do problema da fome e da pobreza, tais como a má distribuição de renda, a má educação alimentar e o desemprego. São elas:

1.1. Geração de Emprego e Renda: aumento do salário mínimo; formação e incentivo ao primeiro emprego para jovens; programas de requalificação permanente, especialmente para pessoas acima de 40 anos; aumento do volume de crédito do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para investimento em produção nas pequenas empresas; e fortalecimento de agências de microcrédito solidárias.

1.2. Previdência social universal: promover programas de renda mínima, o seguro-desemprego e a ampliação do sistema de previdência e aposentadorias; a iniciativa privada deverá contribuir com o investimento na formação e incorporação ao mercado de trabalho de jovens que hoje estão excluídos socialmente e sem acesso a esses direitos.

1.3. Incentivo à agricultura familiar: política de crédito e de seguro agrícola; priorizar a produção interna e local dos alimentos; importar somente no caso de quebras de safra; pesquisa pública e assistência técnica direcionadas; incentivo a cooperativas de produção e comercialização; e pagamento de renda ambiental nas áreas de preservação.

1.4. Intensificação da reforma agrária: garantir a função social da propriedade; distribuição e ampliação das fontes de renda; e incentivo ao autoconsumo alimentar.

1.5. Bolsa Escola e Renda Mínima: auxílio às famílias pobres com filhos em idade escolar.

1.6. Segurança e qualidade dos alimentos: controle preventivo e implantação de um sistema de informações e vigilância da segurança dos alimentos; incentivo e divulgação das pesquisas de prevenção de riscos alimentares; exigência de informações nos rótulos de alimentos sobre sua origem e riscos de produtos transgênicos; e controlar a entrada no país de alimentos transgênicos.

2. As políticas específicas de combate à fome são:

2.1. O programa brasileiro de cartão-alimentação: fornecer crédito que deve ser utilizado na compra de alimentos ou mediante comprovação posterior via recibos ou notas fiscais; implantar mecanismos de contrapartida para os atendidos pelo Programa Cartão-Alimentação-PCA em relação à frequência a cursos de alfabetização e à rede de saúde, requalificação profissional ou prestação de serviços comunitários.

2.2. Apoio à ampliação da merenda escolar: elevar teores calórico e nutricional da merenda; estender o atendimento para os irmãos de escolares e para a rede infantil, especialmente nos municípios mais pobres; utilizar produtos regionais na composição da merenda; apoio técnico aos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar.

3. Políticas locais de combate à fome: o Programa Fome Zero respeita a diversidade cultural de cada região do país, promovendo a integração e a adaptação de experiências conforme o perfil do município. As políticas locais podem ser implantadas pelos estados e municípios, a grande maioria em parceria com a sociedade civil. São basicamente programas já em funcionamento com relativo sucesso e que devem ser fomentados pelo governo federal. A proposta é criar Sistemas Municipais de Segurança Alimentar, coordenados por órgãos específicos e integrando as diversas ações dos governos municipais no atendimento ao Direito Humano à Alimentação.

3.1. Nas áreas rurais desenvolver:

3.1.1. Apoio à agricultura familiar: a Prefeitura deve se aproximar dos agricultores familiares e com ações práticas dar toda força a seu crescimento. A primeira medida é priorizar a compra de alimentos dos agricultores familiares para a merenda escolar, hospitais, creches, quartéis, restaurantes populares, etc.; direcionar a assistência técnica para melhorar e aumentar a produção familiar; e auxiliar os agricultores na obtenção do crédito do Pronaf, especialmente os que tenham menos capital, apoiar e incentivar a formação de

cooperativas e associações de produção, comercialização e microcrédito.

3.1.2. *Apoio à produção para consumo próprio*: a Prefeitura também precisa oferecer os espaços públicos tradicionais da cidade (feiras e varejões) para venda direta da produção e intermediar os contatos com empresas que se interessam por produtos regionais; executar obras de infraestrutura como pontes, estradas rurais, açudes e balcões de armazenagem; e apoio à produção para autoconsumo através da formação de bancos de sementes, insumos, ferramentas e matrizes de pequenos animais.

3.2.1. *Banco de Alimentos*: criar um Banco de Alimentos semelhante ao das grandes cidades, mas com escala de atuação menor. Os Bancos de Alimentos atuam recebendo doações de produtos que, por razões variadas, são impróprios para a comercialização, mas que mantêm inalteradas suas propriedades nutricionais, não oferecendo qualquer risco ao consumo humano. Esses produtos são repassados a instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que produzem e fornecem gratuitamente refeições.

3.2.2. *Parcerias com varejistas*: estabelecer parcerias com grupos de varejistas locais (feirantes, mercearias e pequenos comércios) para instituir sistema de compras em comum, diminuindo o monopólio das grandes redes de supermercados.

3.2.3. *Novo relacionamento com a rede de supermercados*: tanto os supermercados como as prefeituras têm a ganhar com o estabelecimento de parcerias. A realização de trabalhos conjuntos dá credibilidade e respeito

aos empresários de distribuição, garantindo fluxo constante de clientes e crescimento nas vendas. O apoio dos supermercados pode se dar em três frentes importantes, a saber: na comercialização de produtos da agricultura familiar local, por meio da montagem de espaços específicos de exposição, degustação e venda.

3.2.4. *Agricultura urbana*: implantar um programa dirigido ao fortalecimento de pequenos e médios produtores urbanos de alimentos (hortas urbanas), de refeições prontas e principalmente à qualificação do pequeno varejo.

3.3. *Nas Metrôpoles desenvolver*:

3.3.1. *Restaurantes populares*: criação de restaurantes populares que forneçam refeições a preço de custo. Os Restaurantes Populares são estabelecimentos que comercializam refeições prontas, nutricionalmente balanceadas, com a qualidade assegurada, e a preços acessíveis à população de baixa renda. É papel do MESA incentivar a instalação de Restaurantes Populares em municípios de médio e grande porte. Com isso, espera-se criar uma rede de proteção alimentar em áreas de grande circulação de pessoas que realizam refeições fora de casa. A medida vai beneficiar segmentos mais vulneráveis, como trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados e moradores de rua.

3.3.2. *Parcerias com varejistas*: uma maneira de consolidar parcerias com os varejistas é oferecer o apoio das centrais públicas de abastecimento, compras e distribuição para as operações de pequenos comerciantes. Cabe ao po-

der público organizar e facilitar a integração de varejistas atuantes em cooperativas ou associações para que eles possam competir em igualdade com as grandes redes de supermercados. Esses pequenos comerciantes seriam treinados para que pudessem trabalhar melhor e oferecer produtos melhores e mais acessíveis às populações de áreas mais pobres.

3.3.3. *Modernização dos equipamentos de abastecimento*: modernizar os equipamentos de abastecimento como varejões, sacolões, comboios e compras comunitárias são alternativas viáveis, assim como baratear a alimentação nas áreas urbanas. Conjuntamente, incentivar a criação de centrais de compra e distribuição nas periferias das regiões metropolitanas. Estas podem dar apoio logístico e comercial à operação dos concessionários e pequenos varejistas que ficam obrigados a comercializar produtos da cesta básica e outros gêneros alimentícios a preços mais baratos [sic].

3.3.4. *Novo relacionamento com as redes de supermercados*: estabelecer nova relação com as redes de supermercados, rompendo a excessiva concentração no varejo e tornando-os verdadeiramente parceiros na política de segurança alimentar. A população de baixa renda utiliza muito essas redes, assim, a implantação de programas como o Cartão-Alimentação pode obter bons resultados, pois amplia o universo de clientes. As redes também são fundamentais para a comercialização de alimentos regionais e originários dos programas de reforma agrária e agricultura familiar”.

A estratégia de implantação do Programa Fome Zero foi gestada a partir de uma concepção distinta daquela que foi desenvolvida nos últimos oito anos do governo FHC, ou seja: era preciso romper definitivamente com “a ilusão de que bastava abrir a economia para construir um Brasil forte e moderno”, a qual “fragmentou o tecido social”. “Um Brasil pequeno formado por um mosaico de ilhas de excelência ficou mais forte, rico e cosmopolita. Mas a nação como um todo tornou-se menor, mais fraca, dependente e vulnerável. A trajetória do passado, portanto, precisa ser corrigida para que não condicione o futuro e permita redesenhar um amanhã que não seja a mera repetição de ontem” (José Graziano da Silva, ministro extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, jornal *O Estado de S. Paulo*, 26/3/2003, p. A2).

Portanto, a estratégia escolhida foi a implantação do Cartão-Alimentação. E a escolha, afirmou o ministro Graziano, decorreu exclusivamente da urgência, pois “o presente não pode esperar: há um estoque de urgências que bate à nossa porta e intima nossa consciência. Por isso, hoje, a nova política social contém necessariamente um componente emergencial. O Cartão-Alimentação do Fome Zero é isso” (idem). Mas, insiste o ministro, o programa é muito mais do que isso, ele é apenas uma das 60 ações previstas no Plano Plurianual 2004/7. Ele inclui também, já neste início, o combate ao analfabetismo, a construção de cisternas no semiárido visando ajudar o sertanejo no convívio com a seca e o fomento à

agricultura familiar, a intensificação da reforma agrária, o seguro-renda, e o primeiro emprego.

Dessa forma, pensa o ministro romper com “o assistencialismo mitigatório predominante até aqui”. Então, torna-se necessário construir um caminho sustentável para o futuro, pois nas palavras do ministro Graziano “durante anos, no Brasil, a questão social foi um caso de polícia”. “Mais recentemente, tornou-se substrato do assistencialismo compensatório. Chegou a hora de credenciá-la como marco regulador de um novo padrão de crescimento com justiça social” (idem).

O cartão de plástico, meio de acesso aos recursos do Cartão-Alimentação, passou a ser, ele mesmo, alvo das críticas. Forma e conteúdo passaram a ser confundidos propositalmente. Manchetes implacáveis: “Até agora, comida zero para o Fome Zero”, escreveu o *Estado*

A mídia tem sido o lugar privilegiado do debate político sobre o programa. Representantes das elites econômicas fazem coro na tentativa de formar na opinião pública uma imagem de que o governo Lula não

tem plano nem direção. Pressionado, o governo Lula tratou de efetivar o lançamento do programa nas pobres cidades de Guaribas e Acauã no semiárido nordestino do Piauí. Mais críticas e mais oposição.

O cartão de plástico, instrumento de acesso aos recursos do Cartão-Alimentação, passou também a ser, ele mesmo, alvo das críticas. Forma e conteúdo passaram a ser propositalmente confundidos. Manchetes implacáveis: “Até agora, comida zero para o Fome Zero” escreveu o jornal *O Estado de S. Paulo* na edição de 11/3/2003, p. A6. Afinal, as elites conservadoras não podem permitir que qualquer proposta de políticas públicas que lhes escape ao controle, ou que comece a promover a emancipação dos trabalhadores, dê certo.

Para melhor entender esse quadro, basta observar a postura “altruísta” de representantes das elites freneticamente querendo tomar carona na mídia: o caso do cheque da modelo famosa é exemplar³; o caso dos empresários que de repente se “sensibilizaram” com o flagelo da fome no país também. Parece que agora todos querem ajudar, querem se comprometer com esta política pública. Se é efetivamente verdade esta nova “comoção” nacional, por quê, então, a mídia impressa continua a mandar “uma no cravo e muitas na ferradura”?

Talvez porque a proposta retira daqueles que sempre viveram da miséria alheia a possibilidade futura de sua continuação. Talvez porque o programa “roube” do mundo das religiões os rebanhos de pobres, e os exércitos de “pasto-

res” carismáticos vislumbram um futuro sem a possibilidade de realizarem suas formas de dominação. Ou talvez porque as elites estão se dando conta de que o governo Lula poderá se constituir em uma inflação na política nacional e mundial, afinal a proposta tem a possibilidade de viabilizar a emancipação dos pobres.

Assim, as críticas foram surgindo. Zilda Arns Neumann, coordenadora nacional da Pastoral da Criança e membro do Consea, “desaconselha reinventar a roda” (*O Estado de S. Paulo*, 14/3/2003, p. A6) e sugere que “a Bolsa-Escola precisa ser ampliada e ter seu valor aumentado, assim como a Bolsa-Alimentação, porque atendem a famílias que têm crianças, e elas são prioritárias” (idem). Para ela o combate à pobreza precisa de programas que tenham como meta fazer com que as famílias assumam compromissos com a educação e com saúde das crianças. Apenas entregar alimentos, mesmo que emergencialmente, traz efeitos por ela considerados nocivos: “Quem só recebe, fica mais pobre, porque acaba sempre esperando receber mais. Se a Pastoral começar a distribuir alimentos, por exemplo, as mães deixam de trazer suas crianças e aparecem apenas para receber sacolas.” Seu medo principal parece ser a não continuidade dos programas existentes: “não é muito fácil implantá-los e é muito fácil destruí-los”, adverte, e ameniza afirmando que “é natural que as pessoas queiram apresentar suas ideias e inovar, mas o bom administrador sabe olhar o que está funcionando” (idem).

Dom Mauro Morelli, bispo católico de Duque de Caxias-RJ e também membro do Consea, escudado em sua militância na luta pelo direito ao alimento e à nutrição, preservou o ministro Graziano e lançou farpas em outro integrante do governo Lula: Frei Beto: “Segundo a mídia, o projeto Fome Zero estaria afundando depois de dois meses e meio de inauguração do novo governo. Além da burocracia que amargura a vida dos governantes e muito mais do povo, nos palácios se aninham as víboras das intrigas e maledicências. Rixas e disputas de poder solapam projetos e fazem ruir as esperanças do povo. O bom ministro do combate à fome foi empurrado pelos seus assessores mais diretos para o caminho que percorreu. De modo especial, gostaria de entender por que o assessor religioso do presidente se meteu numa seara onde jamais trabalhou. Com o aprendizado do tempo da UNE, nada mais vai conseguir do que inventar a roda e atropelar não só o ministro, mas toda a sociedade brasileira!” (Mauro Morelli, artigo “O Caminho das Pedras” in *Folha de S. Paulo*, 15/3/2003, p. A4).

Parece que muito mais do que divergências eclesásticas, estão em jogo divergências políticas na condução das políticas públicas. Por isso sugere que o programa volte à sua proposta tida como original. “Se o presidente quiser ver a proposta avançar e o povo curtir a vida com dignidade e esperança, sugiro que retome a proposta original. Que o Consea tenha autonomia e instrumentos para conduzir amplo diálogo que culmine em uma conferên-

cia nacional de segurança alimentar sustentável. Definidas as diretrizes, metas e prioridades da promoção do direito humano básico ao alimento e à nutrição, crie-se então a secretaria nacional de segurança alimentar para cuidar do processo de planejamento e da articulação das parcerias com os outros ramos e níveis do poder e das organizações da sociedade civil. A vitória de Lula tem de se transformar numa autoestrada de participação e de cidadania. Coisa mais sem graça e perigosa, um governo ciumento e fechado sobre si mesmo” (idem).

Estão assim em jogo dois caminhos para implementação do programa: um que passa pela sociedade civil e outro que se implementa por ações de órgãos do Estado e também da sociedade civil. Carlos A. Sardenberg foi direto à questão criticando a segunda opção: “Filantropia, entre o público e o privado, **o programa Fome Zero tem um viés estatizante e equivocado**. Quem deposita dinheiro nas contas do Fome Zero certamente age bem como indivíduo. Mas, de um ponto de vista mais amplo, não é a melhor política de assistência aos necessitados. Com isso, há uma espécie de estatização da filantropia e se entrega à máquina do governo — cuja lentidão tem sido alvo das reclamações do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva — uma atividade que poderia ser mais bem desempenhada por centenas de instituições particulares. Na dúvida, façam como dona Zilda Arns, da Pastoral da Criança, que atende mensalmente 1,135 milhão de famílias: ‘Quando temos alimentos, pedimos à Caritas

e aos Vicentinos que distribuíam; se começarmos a fazer isso, o trabalho da Pastoral acaba.’ A recomendação vale muito mais para o governo e para o setor privado” (*O Estado de S. Paulo*, 17/3/2003, Caderno de Economia).

Outro tipo de crítica ao Programa Fome Zero nasce na universidade. Maria Hermínia Tavares de Almeida ancorou suas críticas em um estudo que “parece estar à frente de tudo o que se produziu sobre a temática até hoje”, pois a “pesquisa realizada por Carlos Augusto Monteiro, da USP, com base nos dados do Estudo Nacional de Despesa Familiar, do IBGE, mostra que os adultos vítimas de fome crônica representariam 4% da população adulta; as crianças com sintoma de desnutrição corresponderiam a pouco mais de 10%.” (*O Estado de S. Paulo*, 2/3/2003, p. A2).

Assim, para ela, em um país onde “a fome é reduzida” o governo deveria aclarar a relação entre o Fome Zero e a “rede de proteção social” do governo FHC. Afinal, a conclusão é minha, ele teria feito muito pelo social. “Tem mais. Por estratégia eleitoral ou puro desconhecimento, não se definiu, no documento de 2001, a relação do Fome Zero com o conjunto de iniciativas efetivadas no governo Fernando Henrique Cardoso, sob o nome de rede de proteção social, que consumiram algo em torno de R\$ 7,7 bilhões em 2002 — excluída a previdência rural” (idem). Como se vê, aqui na USP também continua a ação subliminar da construção do arco de proteção ao governo de FHC. O povo sempre tem razão: o ataque sempre foi a melhor defesa.

Conforme o Censo Agropecuário de 1996, estabelecimentos rurais com área inferior a 100 hectares responderam por mais de 50% do volume da produção, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares responderam por apenas 21,2% da produção

A situação da agricultura brasileira na atualidade é muito preocupante. Ao contrário do que alardeia a mídia estimulada pelos sucessos localizados do agronegócio, exaltando crescimento da safra de grãos com seus milhões de toneladas, deixando propositadamente de lado os indicadores da produção dos principais alimentos que chegam à mesa dos trabalhadores brasileiros. Os dados do IBGE referentes a 2000 e 2001 revelam que a produção do arroz em casca caiu 9%, o feijão 20% e a mandioca 2%. Quanto à produção em 2002, o arroz ficou com 10,8 milhões de toneladas, inferior ainda às 11,1 milhões do ano de 2000. A produção do feijão conheceu o mesmo processo: a subida na produção de 2002, para 3,1 milhões de toneladas, praticamente empatou com a produção de 2000. O cenário é crítico e cabe uma pergunta ao ministro Graziano: quem vai produzir os alimentos que

o Cartão-Alimentação vai estimular comprar?

Em meu entendimento, vários pontos do Programa Fome Zero precisam ser ainda mais esclarecidos, e entre eles está a questão da compreensão sobre quem produz alimentos na agricultura brasileira. Os dados disponíveis do último Censo Agropecuário do IBGE, de 1995/6 (lamentavelmente entre os cortes no orçamento do governo FHC foi incluída também a verba para realização do Censo de 2000/2001, que, assim, não foi feito⁴), revelam que os estabelecimentos agropecuários com área inferior a 100 hectares foram responsáveis por mais de 50% do volume de produção, embora ocupassem menos de 20% da área rural. Aliás, produziram 46,5% do valor da produção agropecuária daquele ano agrícola. Enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que ocupam quase a metade das terras do país, foram responsáveis por apenas 21,2% do valor da produção.

Portanto, parece acertado o conjunto de ações que fortalecem a agricultura realizada pelos milhões de camponeses no Brasil. Entretanto, parecem tênues as ações voltadas para a reforma agrária. Afinal, ela abriria de forma significativa a ampliação da produção e consequente oferta na produção de alimentos no país. Não é demais lembrar novamente que o tópico referente à reforma agrária no programa fala apenas em “garantir a função social da propriedade; distribuição e ampliação das fontes de renda; e incentivo ao autoconsumo alimentar”. Ou seja, o programa parece apenas reconhecer a reforma agrária como uma política compensatória,

por meio da qual se produz somente para o autoconsumo.

Este aparente equívoco, a meu juízo, pode reservar para um futuro próximo também o levante dos Sem Terra. Os movimentos sociais, sobretudo MST, CPT, MPA etc. de há muito reivindicam políticas agrícolas que reconheçam o efetivo papel que a agricultura camponesa desempenha no país. A aparente evidência desta constatação abre espaço para que os movimentos sociais continuem suas ações reivindicatórias. Ou o ministro Graziano continua a esclarecer o Programa Fome Zero, ou a cuíca

continuará a roncar no campo e na cidade como nos versos de João Bosco e Aldir Blanc:

*Roncou, roncou,
roncou de raiva a cuíca,
roncou de fome ...
alguém mandou,
mandou parar.
— A cuíca é coisa dos home.
A raiva dá pra parar, pra interromper.
A fome não dá pra interromper.
A raiva e a fome é coisa dos home.
A fome tem que ter raiva pra interromper.
A raiva é a fome de interromper.*

*A fome e a raiva é coisa dos home,
é coisa dos home,
é coisa dos home,
a raiva e a fome
mexendo a cuíca
vai ter que roncar⁵*

Penso que com o ronco da cuíca dos movimentos sociais, por certo o Programa Fome Zero e o governo Lula caminharão na direção da implantação de políticas públicas emancipatórias.

Que o início do outono de 2003 permita nascer as flores já na próxima primavera, apesar da reação das elites.

Notas

- 1 Artigo publicado na *Revista Adusp* 29, de abril de 2003, que procurou fazer uma apreciação de conjunto do início do primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva, iniciado em janeiro daquele ano.
- 2 Professor Sênior do Departamento de Geografia da FFLCH-USP, Ari, como era chamado, faleceu em 2 de agosto de 2025, quando retornava de uma atividade de campo.
- 3 Em 18 de março de 2003, a modelo Gisele Bündchen depositou na Caixa Econômica Federal, em favor do Fome Zero, a quantia de R\$ 50 mil. No entanto, o anúncio da doação ocorrera em janeiro.
- 4 De lá para cá, foram realizados pelo IBGE apenas dois censos agropecuários: em 2006 e 2017.
- 5 “O Ronco da Cuíca”, canção lançada no disco “João Bosco - Galos de Briga”, de 1976.